



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

# **Justiça do Trabalho**

## **INDICADORES DO SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO PODER JUDICIÁRIO**



## **SUMÁRIO**

1. INDICADORES - Insumos, Dotações e Graus de Utilização.....	3
1.1 Recursos Financeiros.....	3
1.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos.....	7
2. GLOSSÁRIO - Insumos, Dotações e Graus de Utilização.....	10
2.1 Recursos Financeiros.....	10
2.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos.....	15
3. INDICADORES - Litigiosidade.....	18
3.1 Litigiosidade de 2º grau .....	18
3.2 Litigiosidade de 1º grau .....	21
4. GLOSSÁRIO - Litigiosidade .....	27
4.1 Litigiosidade de 2º grau .....	27
4.2 Litigiosidade de 1º grau .....	30
5. INDICADORES - Acesso à Justiça.....	38
6. GLOSSÁRIO - Acesso à Justiça.....	39
7. INDICADORES - Participação de Entes Públicos nas Demandas.....	40
7.1 Poder Público como Demandante .....	40
7.2 Poder Público como Demandado.....	40
8. GLOSSÁRIO - Participação de Entes Públicos nas Demandas.....	41
8.1 Poder Público como Demandante .....	41
8.2 Poder Público como Demandado.....	44
9. INDICADORES – Tabelas Processuais Unificadas.....	47
9.1. Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau.....	47
9.2. Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau.....	47
10. GLOSSÁRIO - Tabelas Processuais Unificadas .....	48
10.1. Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau .....	48
10.2. Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau .....	48



## **JUSTIÇA DO TRABALHO**

### **INDICADORES DO SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO PODER JUDICIÁRIO**

#### **INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO**

#### **1. INDICADORES - Insumos, Dotações e Graus de Utilização**

##### **1.1 Recursos Financeiros**

##### **1.1.1. $G_1$ - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_1 = D_{pj} / \text{PIB}$$

##### **1.1.2. $G_2$ - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_2 = D_{pj} / GT$$

##### **1.1.3. $G_3$ - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_3 = DRH / D_{pj} \quad DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$$

##### **1.1.4. $G_4$ - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_4 = DBS / D_{pj}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**1.1.5.  $G_5$  - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_5 = DPE / Dpj$$

**1.1.6.  $G_{5a}$  - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_{5a} = DPEA / Dpj$$

**1.1.7.  $G_{5b}$  - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_{5b} = DPeI / Dpj$$

**1.1.8.  $G_6$  - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_6 = DCCa / Dpj \quad DCCa = Dct + Dk$$

**1.1.9.  $G_7$  - Despesa Total da Justiça por Habitante**

**Finalidade:** Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_7 = Dpj / h_1$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**1.1.10. Inf<sub>1</sub> - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Inf_1 = (DInf_1 + DInf_2 + DInf_3) / Dpj$$

**1.1.11. I<sub>1</sub> - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_1 = R / Dpj$$

**1.1.12. I<sub>2b</sub> - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_{2b} = RERT / Dpj$$

**1.1.13. I<sub>3</sub> - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_3 = RPrev / Dpj$$

**1.1.14. I<sub>4</sub> - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_4 = RIR / Dpj$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**1.1.15. I<sub>5</sub> - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_5 = \text{VPag} / \text{Dpj}$$

**1.1.16. I<sub>6</sub> - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

$$\text{Fórmula: } I_6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$$

**1.1.1. I<sub>7</sub> - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça**

**Finalidade:** Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

$$\text{Fórmula: } I_7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$$



## 1.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos

### 1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

**Finalidade:** Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: MagE} = \text{MagE}_{20} + \text{MagE}_{10}$$

### 1.2.2. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho

**Finalidade:** Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: Mag} = \text{MagE}_{20} + \text{MagP}_{10} - \text{MagAJ}_{10}$$

### 1.2.3. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho

**Finalidade:** Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: TS} = \text{TPEfet} - \text{TPCed} + \text{TPReq} + \text{TFAux} + \text{TPSV}$$

### 1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

**Finalidade:** Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

$$\text{Fórmula: FTT} = \text{TS} + \text{Mag}$$

### 1.2.5. F<sub>1</sub> - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

**Finalidade:** Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: F}_1 = (\text{MagE}) / h_2$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**1.2.6. F<sub>2</sub> - Magistrados por 100.000 habitantes**

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_2 = (\text{Mag}) / h_2$$

**1.2.7. F<sub>3</sub> - Força de Trabalho por 100.000 habitantes**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_3 = TS / h_2$$

**1.2.8. F<sub>4a</sub> - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4a} = (\text{TPEfet} - \text{TPCed}) / h_2$$

**1.2.9. F<sub>4b</sub> - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4b} = (\text{TPSV} + \text{TPReq} + \text{TFAux}) / h_2$$

**1.2.10. F<sub>4c</sub> - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4c} = \text{TCEfet} / h_2$$





#### **1.2.11. F<sub>4d</sub> - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes**

**Finalidade:** Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4d} = (TCc + TFc) / TCEfet$$

#### **1.2.12. Inf<sub>2</sub> - Número de Computadores por Usuário**

**Finalidade:** Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Inf_2 = \text{Comp} / \text{Ui}$$

#### **1.2.13. Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)**

**Finalidade:** Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$$

#### **1.2.14. Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)**

**Finalidade:** Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Pm^2 = FTT / m^2_{\text{util}}$$

#### **1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)**

**Finalidade:** Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

$$\text{Fórmula: } ProcML = MLUtilArq / MLDispArq$$



## 2. GLOSSÁRIO - Insumos, Dotações e Graus de Utilização

### 2.1 Recursos Financeiros

- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital:** As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).  
Indicadores relacionados: G<sub>4</sub>.
- **DCCa - Despesa com Custeio e Capital:** As despesas efetivamente realizadas com custeio (Dct) e capital (Dk), abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>.
- **DCt - Despesa com Custeio:** As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais:** Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.  
Indicadores relacionados: I<sub>6</sub>.
- **DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes:** Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.  
Indicadores relacionados: I<sub>7</sub>.
- **DEst - Despesas com Estagiários:** As despesas com estagiários efetivamente realizadas, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **DInf<sub>1</sub> - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de *software* (pronto) e *hardware* de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>1</sub>.
- **DInf<sub>2</sub> - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>2</sub>.

SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho

Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **DInf<sub>3</sub> - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>3</sub>.
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **Dk - Despesa com Capital:** As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>.
- **DPE - Despesa com Pessoal e Encargos:** As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.  
Indicadores relacionados: G<sub>5</sub>.
- **DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo:** As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.  
Indicadores relacionados: G<sub>5a</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo:** As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.  
Indicadores relacionados: G<sub>5b</sub>.
- **Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.  
Indicadores relacionados: G<sub>1</sub>, G<sub>2</sub>, G<sub>3</sub>, G<sub>4</sub>, G<sub>5</sub>, G<sub>5a</sub>, G<sub>5b</sub>, G<sub>6</sub>, G<sub>7</sub>, Inf<sub>1</sub>, I<sub>1</sub>, I<sub>2</sub>, I<sub>2a</sub>, I<sub>5</sub>, I<sub>6</sub>
- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **DRH - Despesas com Recursos Humanos:** As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **DTer - Despesas com Terceirizados:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>.
- **GT - Gastos Totais:** O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).  
Indicadores relacionados: G<sub>2</sub>.
- **h1 - Número de Habitantes:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados: G<sub>7</sub>.
- **PIB - Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados: G<sub>1</sub>.
- **R - Recolhimentos Diversos:** Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.  
Indicadores relacionados: I<sub>1</sub>.
- **RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho:** As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.  
Indicadores relacionados: I<sub>2b</sub>.
- **RPrev - Receitas de Execução Previdenciária:** As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.  
Indicadores relacionados: I<sub>3</sub>.
- **RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda:** As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.  
Indicadores relacionados: I<sub>4</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados:** Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.  
Indicadores relacionados: I<sub>5</sub>.

## 2.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos

- **Comp - Número de computadores de uso pessoal:** O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>2</sub>.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados: F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub>, F<sub>3</sub>, F<sub>4a</sub>, F<sub>4b</sub>, F<sub>4c</sub>.
- **m²Total - Área total em metros quadrados:** A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: Dm².
- **m²Útil - Área útil em metros quadrados:** A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.  
Indicadores relacionados: Dm², Pm².
- **MagAJ<sub>1º</sub> - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau:** Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.  
Indicadores relacionados: Mag.
- **MagE<sub>2º</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.  
Indicadores relacionados: MagE.
- **MagE<sub>1º</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: MagE.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **MagP<sub>1º</sub> - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau:** Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares:** espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadá utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento x altura x largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m<sup>3</sup> por 12 (Fonte: Arquivo Nacional). Indicadores relacionados: ProcML.
- **MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares:** espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadá utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento x altura x largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m<sup>3</sup> por 12 (Fonte: Arquivo Nacional). Indicadores relacionados: ProcML.
- **TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes:** Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Indicadores relacionados: F<sub>4d</sub>.
- **TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes:** Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Indicadores relacionados: F<sub>4c</sub>, F<sub>4d</sub>.
- **TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes:** Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Indicadores relacionados: F<sub>4d</sub>.
- **TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo:** Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos. Indicadores relacionados: TS, F<sub>4a</sub>.





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho

Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **TPCed - Total de Pessoal Cedido:** Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS, F<sub>4a</sub>
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS, F<sub>4b</sub>
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS, F<sub>4b</sub>
- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS, F<sub>4b</sub>
- **Ui - Usuários de computador:** Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e *notebooks* no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>2</sub>



## Litigiosidade

### 3. INDICADORES - Litigiosidade

#### 3.1 Litigiosidade de 2º grau

##### 3.1.1. Mag<sub>2º</sub> - Total de Magistrados no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados com atuação na Justiça do Trabalho de 2º Grau no final período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Mag}_{2^\circ} = \text{MagE}_{2^\circ}$$

##### 3.1.2. Ch<sub>2º</sub> - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Ch}_{2^\circ} = \text{Cn}_{2^\circ} / h_2$$

##### 3.1.3. Cm<sub>2º</sub> - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cm}_{2^\circ} = \text{Cn}_{2^\circ} / \text{Mag}_{2^\circ}$$

##### 3.1.4. Cs<sub>2º</sub> - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cs}_{2^\circ} = \text{Cn}_{2^\circ} / \text{SaJud}_{2^\circ}$$

##### 3.1.5. K<sub>2º</sub> - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } K_{2^\circ} = (\text{Cn}_{2^\circ} + \text{Cp}_{2^\circ} + \text{RInt}_{2^\circ} + \text{RIntP}_{2^\circ}) / \text{Mag}_{2^\circ}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**3.1.6. TC<sub>2º</sub> - Taxa de Congestionamento no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

$$\text{Fórmula: } TC_{2^\circ} = 1 - (TBaix_{2^\circ} / (Cn_{2^\circ} + Cp_{2^\circ}))$$

**3.1.7. DTM<sub>2º</sub> - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } DTM_{2^\circ} = Dec_{2^\circ} / Mag_{2^\circ}$$

**3.1.8. ProcEI<sub>2º</sub> - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau**

**Finalidade:** Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } ProcEI_{2^\circ} = Cn_{EI_{2^\circ}} / Cn_{2^\circ}$$

**3.1.9. Rx<sub>2º</sub> - Recorribilidade Externa de 2º grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Rx_{2^\circ} = Rsup_{2^\circ} / Apublic_{2^\circ}$$

**3.1.10. Rx<sub>AI2º</sub> - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

$$\text{Fórmula: } Rx_{AI2^\circ} = AI_{2^\circ} / DA_{2^\circ}$$

**3.1.11. Rin<sub>2º</sub> - Recorribilidade Interna de 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

$$\text{Fórmula: } Rin_{2^\circ} = Rint_{2^\circ} / DeRint_{2^\circ}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**3.1.12.  $Rin_{2^a}$  - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

$$\text{Fórmula: } Rin_{2^a} = Ag_{2^o} / DeMono_{2^o}$$

**3.1.13.  $Rin_{2^o_b}$  - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

$$\text{Fórmula: } Rin_{2^o_b} = ED_{2^o} / DePub_{2^o}$$

**3.1.14.  $Rd_{2^o}$  - Reforma de Decisão no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Rd_{2^o} = (RpAl_{2^o} + RpRR_{2^o} + RpRO_{2^o}) / (RjAl_{2^o} + RjRR_{2^o} + RjRO_{2^o})$$



### 3.2 Litigiosidade de 1º grau

#### 3.2.1 CnEx<sub>1º</sub> - Casos Novos de Execução no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: CnEx}_{1^\circ} = \text{CnExt}_{1^\circ} + \text{ExeJud}_{1^\circ}$$

#### 3.2.2 CnExt<sub>1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: CnExt}_{1^\circ} = \text{CnExt}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{CnExt}_{\text{NFisc}1^\circ}$$

#### 3.2.3 CpExt<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: CpExt}_{1^\circ} = \text{CpExt}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{CpExt}_{\text{NFisc}1^\circ}$$

#### 3.2.4 CpEx<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: CpEx}_{1^\circ} = \text{CpExt}_{1^\circ} + \text{ExeJudP}_{1^\circ}$$

#### 3.2.5 TBaixExt<sub>1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: TBaixExt}_{1^\circ} = \text{TBaixExt}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{TBaixExt}_{\text{NFisc}1^\circ}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**3.2.6 T<sub>BaixEx</sub><sub>1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } T_{\text{BaixEx}}_{1^\circ} = T_{\text{BaixExt}}_{1^\circ} + T_{\text{BaixJud}}_{1^\circ}$$

**3.2.7 Sent<sub>Ext</sub><sub>1º</sub> - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{SentExt}_{1^\circ} = \text{SentExt}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{SentExt}_{\text{NFisc}1^\circ}$$

**3.2.8 Sent<sub>Ex</sub><sub>1º</sub> - Sentenças em Execução no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{SentEx}_{1^\circ} = \text{SentExt}_{1^\circ} + \text{SentJud}_{1^\circ}$$

**3.2.9 Inc<sub>Ex</sub><sub>1º</sub> - Incidentes em Execução no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{IncEx}_{1^\circ} = \text{IncEx}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{IncEx}_{\text{NFisc}1^\circ}$$

**3.2.10 Inc<sub>ExP</sub><sub>1º</sub> - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{IncExP}_{1^\circ} = \text{IncExP}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{IncExP}_{\text{NFisc}1^\circ}$$

**3.2.11 Exe<sub>SuS</sub><sub>1º</sub> - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{ExeSuS}_{1^\circ} = \text{ExeSuS}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{ExeSuS}_{\text{NFisc}1^\circ}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

### 3.2.12 Mag<sub>1º</sub> - Total de Magistrados no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados com atuação no 1º grau da Justiça do Trabalho no final período-base (semestre)..

$$\text{Fórmula: } \text{Mag}_{1^\circ} = \text{MagP}_{1^\circ} - \text{MagAj}_{1^\circ}$$

### 3.2.13 Ch<sub>1º</sub> - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Ch}_{1^\circ} = (\text{CnC}_{1^\circ} + \text{CnExt}_{1^\circ}) / h_2$$

### 3.2.14 Cm<sub>1º</sub> - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cm}_{1^\circ} = (\text{CnC}_{1^\circ} + \text{CnExt}_{1^\circ}) / \text{Mag}_{1^\circ}$$

### 3.2.15 Cs<sub>1º</sub> - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cs}_{1^\circ} = (\text{CnC}_{1^\circ} + \text{CnExt}_{1^\circ}) / \text{SaJud}_{1^\circ}$$

### 3.2.16 PExt<sub>Fisc</sub> - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

**Finalidade:** Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{PExt}_{\text{Fisc}} = ((\text{CnExt}_{\text{Fisc}1^\circ} + \text{CpExt}_{\text{Fisc}1^\circ}) / (\text{CnEx}_{1^\circ} + \text{CpEx}_{1^\circ})) \times 100$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**3.2.17 PExS<sub>Fisc1º</sub> - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

**Finalidade:** Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } PexS_{Fisc1º} = (ExeSuS_{Fisc1º} / (CnExt_{Fisc1º} + CpExt_{Fisc1º} - TBaixExt_{Fisc1º})) \times 100$$

**3.2.18 PExS<sub>1º</sub> - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

**Finalidade:** Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

$$\text{Fórmula: } PexS_{1º} = (ExeSuS_{NFisc1º} / (CnExt_{NFisc1º} + ExeJud_{1º} + CpExt_{NFisc1º} + ExeJudP_{1º} - TBaixExt_{NFisc1º} - TBaixJud_{1º})) \times 100$$

**3.2.19 KC<sub>1º</sub> - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } KC_{1º} = (CnC_{1º} + CpC_{1º} + RIntC_{1º} + RIntCP_{1º}) / Mag_{1º}$$

**3.2.20 KEx<sub>1º</sub> - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } KEx_{1º} = (CnEx_{1º} + CpEx_{1º} + IncEx_{1º} + IncExp_{1º}) / Mag_{1º}$$

**3.2.21 TCC<sub>1º</sub> - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TCC_{1º} = 1 - (TBaixC_{1º} / (CnC_{1º} + CpC_{1º}))$$





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

**3.2.22 TCEX<sub>1º</sub> - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TCEX_{1º} = 1 - (TBAIX_{1º} / (CnEX_{1º} + CpEX_{1º}))$$

**3.2.23 SMC<sub>1º</sub> - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$SMC_{1º} = \text{SentC}_{1º} / \text{Mag}_{1º}$$

**3.2.24 SMEX<sub>1º</sub> - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$SMEX_{1º} = \text{SentEX}_{1º} / \text{Mag}_{1º}$$

**3.2.25 ProcEI<sub>1º</sub> - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau**

**Finalidade:** Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{ProcEI}_{1º} = Cn_{\text{Elet}1º} / (CnC_{1º} + CnEX_{1º})$$

**3.2.26 Rx<sub>RO1º</sub> - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Rx_{RO1º} = (RO + ROPS)_{1º} / \text{SeReC}_{1º}$$



### 3.2.27 $Rx_{AP1^0}$ - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

$$\text{Fórmula: } Rx_{AP1^0} = AP_{1^0} / SeReEx_{1^0}$$

### 3.2.28 $Rin_{1^0}$ - Recorribilidade Interna de 1º Grau

**Finalidade:** Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

$$\text{Fórmula: } Rin_{1^0} = RIntC_{1^0} / SeRInC_{1^0}$$

### 3.2.29 $Rd_{1^0}$ - Reforma de Decisão no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

$$\text{Fórmula: } Rd_{1^0} = (RpAI_{1^0} + RpRO_{1^0} + RpROPS_{1^0} + RpAP_{1^0}) / (RjAI_{1^0} + RjRO_{1^0} + RjROPS_{1^0} + RjAP_{1^0})$$



#### 4. GLOSSÁRIO - Litigiosidade

##### 4.1 Litigiosidade de 2º grau

- **Ag<sub>2º</sub> - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau:** Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.  
Indicadores relacionados: Rin<sub>2ºa</sub>
- **Al<sub>2º</sub> - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST:** Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>Al2º</sub>
- **Apublic<sub>2º</sub> - Acórdãos Publicados no 2º Grau:** Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.  
Indicadores relacionados: Rx<sub>2º</sub>
- **Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos de 2º Grau:** Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: Ch<sub>2º</sub>
- **Cn<sub>Elet2º</sub> - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau:** Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos de 2º Grau.  
Indicadores relacionados: ProcEl<sub>2º</sub>
- **Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: K<sub>2º</sub>



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **DA<sub>2º</sub> - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST:** O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>Al2º</sub>
- **Dec<sub>2º</sub> - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau:** Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DTM<sub>2º</sub>
- **DeRInt<sub>2º</sub> - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau:** As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.  
Indicadores relacionados: Rin<sub>2º</sub>
- **DeMono<sub>2º</sub> - Decisões Monocráticas no 2º Grau:** As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2º Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.  
Indicadores relacionados: Rin<sub>2ºa</sub>
- **DePub<sub>2º</sub> - Decisões no 2º Grau Publicadas:** As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.  
Indicadores relacionados: Rin<sub>2ºb</sub>
- **Ed<sub>2º</sub> - Embargos de Declaração no 2º Grau:** Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rin<sub>2ºb</sub>
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados: Ch<sub>2º</sub>.
- **MagE<sub>2º</sub> - Número de Magistrados Existentes no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrados existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho durante todo o período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Mag<sub>2º</sub>.

SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho

Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **RInt<sub>2º</sub> - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.  
Indicadores relacionados: K<sub>2º</sub>
- **RIntP<sub>2º</sub> - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.  
Indicadores relacionados: K<sub>2º</sub>
- **RjAI<sub>2º</sub> - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelo TST:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST em autos de recursos de agravo de instrumento, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RjRO<sub>2º</sub> - Recursos Ordinários Julgados pelo TST:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST em autos de recursos ordinários, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RjRR<sub>2º</sub> - Recursos de Revista Julgados pelo TST:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST em autos de recursos de revista, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RpAI<sub>2º</sub> - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravos de instrumento, julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RpRO<sub>2º</sub> - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST em Recursos Ordinários (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos ordinários, julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RpRR<sub>2º</sub> - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo TST em Recursos de Revista (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de revista, julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **Rsup<sub>2º</sub> - Recursos à Instância Superior no 2º Grau:** Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>2º</sub>



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **SaJud<sub>2º</sub> - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau:** Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

Indicadores relacionados: Cs<sub>2º</sub>.

- **TBaix<sub>2º</sub> - Total de Processos Baixados no 2º Grau :** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

Indicadores relacionados: TC<sub>2º</sub>

#### 4.2 Litigiosidade de 1º grau

- **AP<sub>1º</sub> - Agravos de Petição:** Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).

Indicadores relacionados: Rx<sub>AP1º</sub>

- **CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau:** Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

Indicadores relacionados: Ch<sub>1º</sub>, Cm<sub>1º</sub>, Cs<sub>1º</sub>, KC<sub>1º</sub>, TCC<sub>1º</sub>, ProcEl<sub>1º</sub>,





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau:** As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).  
Indicadores relacionados: CnExt<sub>1º</sub>, PExt<sub>Fisc</sub>, PExS<sub>Fisc1º</sub>.
- **CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:** As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).  
Indicadores relacionados: CnExt<sub>1º</sub>, PExS<sub>1º</sub>.
- **Cn<sub>Elet1º</sub> - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau:** Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.  
Indicadores relacionados: ProcEl<sub>1º</sub>.
- **CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau:** Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: KC<sub>1º</sub>, TCC<sub>1º</sub>.
- **CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau:** Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).  
Indicadores relacionados: CpExt<sub>1º</sub>, PExt<sub>Fisc</sub>, PExS<sub>Fisc1º</sub>.
- **CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:** Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).  
Indicadores relacionados: CpExt<sub>1º</sub>, PExS<sub>1º</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **ExeJud<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais em 1º Grau:** Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Indicadores relacionados: PExS<sub>1º</sub>, CnEx<sub>1º</sub>.
- **ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau:** Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Indicadores relacionados: PExS<sub>1º</sub>, CpEx<sub>1º</sub>.
- **ExeSuS<sub>Fisc1º</sub> - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório:** Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base. Indicadores relacionados: PexS<sub>Fisc1º</sub>.
- **ExeSuS<sub>NFisc1º</sub> - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais:** Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais. Indicadores relacionados: PexS<sub>1º</sub>.
- **IncEx<sub>Fisc1º</sub> - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau:** Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Indicadores relacionados: IncEx<sub>1º</sub>.
- **IncEx<sub>NFisc1º</sub> - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais:** Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais. Indicadores relacionados: IncEx<sub>1º</sub>.
- **IncExP<sub>Fisc1º</sub> - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau:** Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Indicadores relacionados: IncEx<sub>1º</sub>.





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **IncExP<sub>NFisc1º</sub> - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais:** Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: IncEx<sub>1º</sub>
- **MagAJ<sub>1º</sub> - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau:** Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos.  
Indicadores relacionados: Mag<sub>1º</sub>.
- **MagE<sub>1º</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: MagE.
- **MagP<sub>1º</sub> - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau:** Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: Mag.
- **RIntC<sub>1º</sub> - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau:** Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: KC<sub>1º</sub>
- **RIntCP<sub>1º</sub> - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau:** Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: KC<sub>1º</sub>
- **RjAI<sub>1º</sub> - Recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo TRT:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT em autos de recursos de agravos de instrumento, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>
- **RjAP<sub>1º</sub> - Recursos de Agravo de Petição julgados pelo TRT:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT em autos de recursos de agravo de petição, inclusive os em procedimento sumaríssimo, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>
- **RjRO<sub>1º</sub> - Recursos Ordinários julgados pelo TRT:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT em autos de recurso ordinário, no período-base (semestre).



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$

- **RjROPS<sub>1º</sub> - Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo julgados pelo TRT:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT em autos de recursos ordinários em procedimento sumaríssimo, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$
- **(RO + ROPS)<sub>1º</sub> - Recursos Ordinários no 1º Grau:** Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rx_{RO1^o}$
- **RpAI<sub>1º</sub> - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravos de instrumento julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$
- **RpAP<sub>1º</sub> - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT em Agravos de Petição (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravo de petição, inclusive os em procedimento sumaríssimo, julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$
- **RpRO<sub>1º</sub> - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT em Recursos Ordinários (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos ordinários julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$
- **RpROPS<sub>1º</sub> - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT em Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos ordinários em procedimento sumaríssimo julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados:  $Rd_{1^o}$
- **SaJud<sub>1º</sub> - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau:** Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados,



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

Indicadores relacionados: Cs<sub>1º</sub>.

- **SeReEx<sub>1º</sub> - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo:** As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.  
Indicadores relacionados: Rx<sub>AP1º</sub>
- **SeReC<sub>1º</sub> - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo:** As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>RO1º</sub>
- **SeRInC<sub>1º</sub> - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno:** As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rin<sub>1º</sub>
- **SentC<sub>1º</sub> - Sentenças de Conhecimento no 1º grau:** Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau.  
Indicadores relacionados: SMC<sub>1º</sub>
- **SentExt<sub>Fisc1º</sub> - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau:** Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.  
Indicadores relacionados: SentExt<sub>1º</sub>
- **SentExt<sub>NFisc1º</sub> - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal:** Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnEx<sub>NFisc1º</sub> - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: SentExt<sub>1º</sub>



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **SentJud<sub>1º</sub> - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau:** Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>1º</sub> - Execuções judiciais no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: SentExt<sub>1º</sub>
- **TBaixC<sub>1º</sub> - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau:** Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau.  
Indicadores relacionados: TCC<sub>1º</sub>
- **TBaixExt<sub>Fisc1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau:** Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.  
Indicadores relacionados: TBaixExt<sub>1º</sub>
- **TBaixExt<sub>NFisc1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais:** Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1º<sub>NFisc</sub> - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: TBaixExt<sub>1º</sub>



- **TBaixJud<sub>1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau:**  
Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: TBaixExt<sub>1º</sub>



## ACESSO À JUSTIÇA

### 5. INDICADORES - Acesso à Justiça

#### 5.1. $A_1$ - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

**Finalidade:** Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

$$\text{Fórmula: } A_1 = \text{JG} / \text{Dpj}$$

#### 5.2. $A_2$ - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes

**Finalidade:** Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

$$\text{Fórmula: } A_2 = \text{JG} / h_2$$

#### 5.3. Dem - Demandantes

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

$$\text{Fórmula: } \text{Dem} = \text{Demandantes}$$



## 6. GLOSSÁRIO - Acesso à Justiça

- **Dem - Pessoas Demandantes:** O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.
- **Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.  
Indicadores relacionados: A<sub>1</sub>.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados: A<sub>2</sub>.
- **JG - Assistência Judiciária Gratuita:** As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub>.





## PARTICIPAÇÃO DE ENTES PÚBLICOS NAS DEMANDAS

### 7. INDICADORES - Participação de Entes Públicos nas Demandas

#### 7.1 Poder Público como Demandante

##### 7.1.1 DGovP<sub>2º</sub> - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovP_{2º} = CnPF_{2º} + CnPE_{2º} + CnPM_{2º} + CpPF_{2º} + CpPE_{2º} + CpPM_{2º}$

##### 7.1.2 DGovP<sub>1º</sub> - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovP_{1º} = CnPF_{1º} + CnPE_{1º} + CnPM_{1º} + CpPF_{1º} + CpPE_{1º} + CpPM_{1º}$

#### 7.2 Poder Público como Demandado

##### 7.2.1 DGovC<sub>2º</sub> - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovC_{2º} = CnCF_{2º} + CnCE_{2º} + CnCM_{2º} + CpCF_{2º} + CpCE_{2º} + CpCM_{2º}$

##### 7.2.2 DGovC<sub>1º</sub> - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovC_{1º} = CnCF_{1º} + CnCE_{1º} + CnCM_{1º} + CpCF_{1º} + CpCE_{1º} + CpCM_{1º}$





## 8. GLOSSÁRIO - Participação de Entes Públicos nas Demandas

### 8.1 Poder Público como Demandante

- **CnPF<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau. Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.
- **CnPE<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau. Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.
- **CnPM<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau. Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.
- **CpPF<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau. Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **CpPE<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.
- **CpPM<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>.
- **CnPF<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.
- **CnPE<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.

SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho

Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **CnPM<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.
- **CpPF<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.
- **CpPE<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.
- **CpPM<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>.



## 8.2 Poder Público como Demandado

- **CnCF<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.
- **CnCE<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.
- **CnCM<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.
- **CpCF<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.
- **CpCE<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **CpCM<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, Propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>.
- **CnCF<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos Propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: variáveis a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.
- **CnCE<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos Propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: variáveis a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.
- **CnCM<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: variáveis a) CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau e c) CnExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

- **CpCF<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos Propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.
- **CpCE<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.
- **CpCM<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau; b) CpExt<sub>Fisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau; c) CpExt<sub>NFisc1º</sub> - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e d) ExeJudP<sub>1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>.



## TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

### 9. INDICADORES – Tabelas Processuais Unificadas

#### 9.1. Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau

##### 9.1.1. CnClasse<sub>2º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho, em cada uma das classes dispostas na Tabela Processual Unificada no período-base.

##### 9.1.2. CnAssunto<sub>2º</sub> - Casos Novos por Assunto no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho, em cada uma dos assuntos dispostos na Tabela Processual Unificada no período-base.

#### 9.2. Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau

##### 9.2.1. CnClasse<sub>1º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça do Trabalho, em cada uma das classes dispostas na Tabela Processual Unificada no período-base.

##### 9.2.2. CnAssunto<sub>1º</sub> - Casos Novos por Assunto no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça do Trabalho, em cada uma dos assuntos dispostos na Tabela Processual Unificada no período-base.





## 10. GLOSSÁRIO - Tabelas Processuais Unificadas

### 10.1. Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau

- **CnClasse<sub>2º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 2º Grau:** O número total de processos, por classe, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base. Consideram-se todas as classes processuais existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre a abrangência e o glossário de cada uma das classes podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_classes.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php)

Indicadores relacionados: CnClasse<sub>2º</sub>.

- **CnAssunto<sub>2º</sub> - Casos Novos por Assunto no 2º Grau:** o número total de processos, por assunto, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base. Havendo mais de um assunto em um mesmo processo, todos devem ser contados. Consideram-se todos os assuntos existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre abrangência e glossário de cada um dos assuntos podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)

Indicadores relacionados: CnAssunto<sub>2º</sub>.

### 10.2. Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau

- **CnClasse<sub>1º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 1º Grau:** O número total de processos, por classe, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base. Consideram-se todas as classes processuais existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre a abrangência e o glossário de cada uma das classes podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_classes.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php)

Indicadores relacionados: CnClasse<sub>1º</sub>.

- **CnAssunto<sub>1º</sub> - Casos Novos por Assunto no 1º Grau:** O número total de processos, por assunto, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça do Trabalho  
Resolução nº 76/2009 (2ª Edição – Dez/09)

Trabalho de 1º Grau no período-base. Havendo mais de um assunto em um mesmo processo, todos devem ser contados. Consideram-se todos os assuntos existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre abrangência e glossário de cada um dos assuntos podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)

Indicadores relacionados: CnAssunto<sub>1º</sub>.